

REVISTA BATISTA PIONEIRA

BÍBLIA ▪ TEOLOGIA ▪ PRÁTICA

ONLINE ISSN 2316-686X - IMPRESSO ISSN 2316-462X

Vol. 8 ▪ n. 2 ▪ Dezembro | 2019

HISTÓRIA DA TEOLOGIA DO REINO DE DEUS – DOS TEMPOS DE JESUS À REFORMA PROTESTANTE

History of God's Kingdom Theology - From Jesus' Times to the Protestant Reformation

Me. Evandro R. Rojahn¹

RESUMO

O Reino de Deus é, além de conceito, uma teologia complexa. É comum se falar do Reino de Deus de forma superficial, sem realmente dizer algo significativo sobre ele. Sendo o Reino de Deus uma teologia, deve-se entender, antes de tudo, como o Reino de Deus foi interpretado ao longo dos séculos. Tendo em mente tal necessidade, é importante começar pela própria narrativa bíblica a fim de ter um ponto de partida seguro, pois o Reino de Deus é absoluto e eterno e, portanto, sem início ou fim. Mas no que diz respeito a seu uso na Escritura e na própria história da teologia e da filosofia, o conceito parece algo líquido, isto é, sem estabilidade ou solidez. Por isso, é importante estudar o Reino de Deus com muito cuidado, a fim de não impor a ele uma interpretação própria baseada em interesses pessoais, mas analisar os textos

¹ Evandro R. Rojahn é licenciado em Artes Visuais, Letras e Filosofia. É bacharel em Teologia, pós-graduado em Teologia do Novo Testamento Aplicada e Mestre em Teologia com ênfase em Leitura e Ensino da Bíblia. Atualmente é professor, pesquisador e escritor nas áreas de Teologia Bíblica e Filosofia. E-mail: teologiaevandro@gmail.com

literais e subjacentes a ele a fim de compreendê-lo melhor.

Palavras-chaves: Reino de Deus. Teologia. Filosofia. Interpretação.

ABSTRACT

The Kingdom of God is, beyond concept, a complex theology. It is common to talk about God's Kingdom superficially without really saying anything meaningful about it. Since the Kingdom of God is a theology, one must understand first of all how the Kingdom of God has been interpreted over the centuries. With such a need in mind, it is important to begin with the biblical narrative itself in order to have a safe starting point, for the Kingdom of God is absolute and eternal, and therefore without beginning or end. But as regards its use in Scripture and in the very history of theology and philosophy, the concept seems somewhat liquid, that is, without stability or solidity. It is therefore important to study the Kingdom of God very carefully so as not to impose on it an interpretation of its own based on personal interests, but to analyze the literal texts and underlying them in order to better understand it.

Keywords: Kingdom of God. Theology. Philosophy. Interpretation.

INTRODUÇÃO

O Reino de Deus não tem origem no Novo Testamento. Na realidade, o Reino de Deus absolutamente não tem um início, pois é uma extensão dos domínios de Deus. O Reino de Deus é o lugar onde Deus governa. Sendo Deus o criador do universo, logo, toda a realidade existente é Reino de Deus. Deus governa absolutamente. Seu Reino é eterno e é governado por sua onipotência. Serão apresentados os argumentos de defesa desse pensamento ao longo deste estudo. Deus não governa apenas pelo seu poder absoluto. Deus governa também pelo seu amor. É exatamente esse amor que faz com que Deus envie seu Filho a anunciar a chegada iminente deste Reino. O amor de Deus é o instrumento para convencer os indivíduos a se tornarem cidadãos do Reino de Deus, da Pátria Celestial, enfim, do Novo Céu e da Nova Terra.

O Reino de Deus pode se apresentar como um conceito simples; ao estudá-lo, porém, com mais atenção, o estudante perceberá que os desdobramentos hermenêuticos acerca deste conceito, elevam-no a uma teologia complexa e altamente abrangente. O Reino de Deus é um dos temas mais estudados ao longo da história, contudo parece que somente a superfície do conceito foi

arranhada ao longo da história. O conceito apresenta variações diversas desde os tempos de Jesus. Havia confusão sobre o Reino de Deus mesmo entre os apóstolos de Jesus. Na época de Jesus, os Zelotes acreditaram que o Reino de Deus era um domínio político que poderia ser estabelecido por meio da força e da violência. Na Patrística, o Reino de Deus trará um forte apelo à ética cristã. O mesmo apelo será evidente nos escritos de Tomás de Kempis.

A dualidade temporal do Reino de Deus estará presente na interpretação medieval em quase todos os autores. O Reino será visto como presente, como prática de boa conduta moral que, basicamente, é o que diferencia o crente do pagão. Agostinho apresenta a dualidade política na Cidade de Deus e na Cidade dos Homens. Agostinho vai deixar bem claro para os leitores de onde deriva o poder dos reinos humanos. É em Agostinho que será apresentada uma função espiritual para o poder do Estado, no qual este serve aos interesses do Reino de Deus e assim encontra seu propósito. Pode se dizer que uma das concepções mais impressionantes e completas sobre o Reino de Deus na era medieval pode ser encontrada na teologia e filosofia de Tomás de Aquino. Em Aquino, o Reino de Deus é presente e futuro. É absoluto e especial, isto é, sobre todo o universo por direito de criação, e especialmente sobre alguma nação ou povo escolhido. O Reino de Deus a ser estabelecido futuramente representa a salvação dos justos e punição dos ímpios. Também é o primeiro a fazer analogia entre o Paraíso do Éden e o Reino de Deus.

A Reforma Protestante trará uma reflexão generalizada sobre o papel da igreja e do Estado. Sobre o poder eclesiástico e o poder do Soberano Civil. O Reino de Deus neste período será objeto de estudo dos principais reformadores, Lutero e Calvino. Embora a ideia fundamental para a divisão entre Igreja e Estado tenha se desenvolvido² mais adiante no século XVII, já será possível perceber algo assim nos escritos dos reformadores.

1. O REINO NA BÍBLIA – UMA SÍNTESE DO REINO DE DEUS

Os primórdios do Reino na Escritura, mais precisamente no Pentateuco, têm a ver com a formação, identidade e propósito do povo de Deus. Deus propôs o estabelecimento de um Reino territorial, que seria povoado e preenchido por homens. Vê-se primeiramente a criação dos céus e da terra,

² PASCAL, Blaise. **Pensamentos**: Coleção Pensadores. Tradução da equipe de Tradução da Editora Nova Cultural. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 10.

bem como do universo criado, como o local, onde o homem, como coroa da criação, seria posto para “*dominar e governar*”, no sentido de administrar responsabilmente, pois Deus é Rei acima dos reis humanos.³ Com a queda do gênero humano em corrupção, Deus, por meio de Abraão, propõe a origem do povo de Deus.⁴ Em Gênesis, se faria parte do povo de Deus e, portanto, do Reino de Deus, por meio da participação na promessa de Deus a Abraão. O livro de Gênesis termina com o povo de Deus, em pequeno número, descendo para o Egito.

No livro do Êxodo, Deus liberta o seu povo, que agora é uma nação, uma multidão de pessoas. No capítulo dezenove, Deus revelará aos israelitas o privilégio que é pertencer ao Criador, bem como a identidade e propósito deste povo. Basicamente, os israelitas serão o povo do Reino, cujo Governo será exercido diretamente pelo Senhor. Assim, o Reino de Deus seria manifestado às demais nações como uma forma de trazê-las para o Governo de Deus. Assim, Deus reinava sobre seu povo. O declínio moral e o surgimento dos juizes perduram desde a morte de Josué até a instituição da monarquia. O pedido dos anciãos⁵ a Samuel não era justificável.⁶ Deus declarou que seu povo havia rejeitado seu governo.⁷

Após a morte de Saul, Davi foi coroado Rei. A ascensão de Davi levou os israelitas a entender que Deus reinava por meio da monarquia. Nesse período, o Reino de Deus foi entendido em moldes humanos, como um reino político e nacionalista, de maneira que, para ser povo de Deus, dever-se-ia pertencer à nação de Israel. Assim, o cidadão de Israel era entendido como cidadão do Reino.⁸ Nesse mesmo período, a profecia de Natã a Davi moldou, ainda que por certo tempo, a concepção judaica nacional sobre o Reino de Deus. A crença geral era que Deus estabeleceria seu Reino⁹ por meio da dinastia davídica.¹⁰

Na segunda metade do reinado de Salomão, houve o início da corrupção

³ Cf. Daniel 2.

⁴ Cf. Gênesis 12.1-3.

⁵ Cf. 1 Samuel 8.6.

⁶ Cf. 1 Samuel 8.7.

⁷ Cf. 1 Samuel 12.12.

⁸ Essa concepção perdura até a ascensão de Jesus. Pouco antes de ascender ao céu, Jesus foi questionado sobre a restituição do Reino ao povo israelita. Cf. Atos 1.6.

⁹ BOSCH, David J. **Missão transformadora**: mudanças de paradigma na teologia da missão. Tradução de Geraldo Korndörfer e Luís Marcos Sander. São Leopoldo: EST, Sinodal, 2002, p. 52.

¹⁰ Cf. 2 Samuel 7.12-16.

moral que levaria os israelitas à dispersão e exílio. O reino foi dividido em Norte e Sul. O reino do Norte decaiu moralmente até ser destruído quase que completamente em 722 a.C. pela Assíria. O reino do Sul foi capturado em 586 a.C. por Nabucodonosor, rei da Babilônia. Com isso, a concepção de um Reino de Deus havia quase se esvaído. As promessas de restauração do povo do Reino e, segundo os judeus, do Reino em si, provocaram uma atitude de esperança. Essa promessa de restauração permeou mui brevemente a concepção de que Deus reconciliaria ¹¹e governaria o mundo a partir do templo e dos sacerdotes.¹² Era a promessa do Reino de Deus que movia o espírito israelita. Houve certa mudança na forma como este Reino seria estabelecido pelo Messias com o surgimento do profeta Daniel.

O tema central do livro de Daniel é o Reino de Deus. Por meio do livro de Daniel, os judeus desenvolveram a concepção de que o Reino de Deus seria estabelecido por meio de uma catástrofe mundial,¹³ e seria governado por um “Filho do Homem Transcendental”¹⁴ e, nesse tempo, os santos do Altíssimo possuirão o Reino,¹⁵ isto é, serão plenamente integrados a ele. Essa concepção permeou o pensamento dos judeus¹⁶ até a vinda de Jesus¹⁷ e será retomada no século XX por Bultmann¹⁸ e Jeremias.¹⁹

Com a chegada de Jesus, esperava-se que o Messias destruísse os opressores de Israel e devolvesse o Reino ao povo.²⁰ De certa forma, essa também era a concepção de João Batista.²¹ Jesus estava ciente das promessas sobre o Reino de Deus que em seu ministério estariam sendo cumpridas. Isso fica evidente

¹¹ Cf. Ezequiel 40-43

¹² BOSCH, 2002, p. 52.

¹³ Cf. Daniel 2.44.

¹⁴ Cf. Daniel 7.13-14.

¹⁵ Cf. Daniel 7.22,27.

¹⁶ A mensagem do Reino de Deus seria a marca principal do Messias (Cf. Is 52.7). Essa concepção efervesceu o coração dos judeus quando João Batista começou a proclamar a proximidade do Reino de Deus (Cf. Mt 3.1-6). Fato que gerou certa confusão entre os judeus, a ponto de ser necessário que João prestasse maiores esclarecimentos sobre sua missão, pois alguns o estavam confundindo com o Messias (Cf. Lc 3.15, Jo 1.15-32).

¹⁷ BOSCH, 2002, p. 52.

¹⁸ BULTMANN, 2008, p. 41-42.

¹⁹ JEREMIAS, 2008, p. 163.

²⁰ Cf. Atos 1.6.

²¹ Quando João estava preso, enviou mensageiros a questionar Jesus se ele era o Messias ou se deveriam aguardar outro. A confusão de João tem base no fato de que, aquilo que ele mesmo profetizou sobre o Messias, o mais poderoso que viria, não estava ocorrendo. Ele não veio imponentemente, nem estava batizando com o Espírito, nem estava exercendo juízo por meio do fogo (Cf. Lc 3.15-17).

em Lucas 4.16-21. Em Mateus e Marcos, a mensagem inaugural de Jesus é a “proximidade do Reino de Deus”,²² mas em Lucas parece ser outra. Na verdade, trata-se do mesmo tema: O Reino de Deus. Lucas está enfatizando o Reino na prática²³ utilizando a passagem de Isaías 61.1-2. Jesus fala muito sobre o Reino, porém não apresenta uma definição concreta.²⁴ Nem mesmo as epístolas apresentam uma definição específica daquilo que o Reino é. Paulo com frequência diz aquilo que o Reino não é. Talvez Jesus tenha revelado secretamente aos discípulos o que de fato era o Reino de Deus quando passou aproximadamente quarenta dias com eles falando especificamente²⁵ sobre esse tema. O fato de que os autores das epístolas não tentam definir o Reino é uma evidência de que eles mesmos já entendiam o que esse Reino significava.²⁶

Na época de Jesus (e depois), havia alguns movimentos²⁷ e grupos²⁸ que apresentavam uma concepção de Reino de Deus. A comunidade de Qumran foi descoberta em 1947 por um pastor que vagava pelo local em busca de cabras que poderiam ter se perdido nas diversas cavernas²⁹ daquela região. Ali foram descobertos diversos artefatos arqueológicos que revelaram a existência de uma comunidade que viveu ali por volta de 130 a.C. até 135 d.C. Na verdade, nessa comunidade viveram diversos grupos.³⁰ Eles se consideravam os filhos da luz,³¹ privilegiados, e entendiam o Reino de Deus como o Domínio de Deus, isto é, o exercício da sua Soberania.³² Assim, só pode fazer parte do Reino de Deus aqueles que se unirem à comunidade³³, pois o estabelecimento do Reino se dará quando o verdadeiro povo de Deus vencer os inimigos de Deus em

²² Mateus 4.17, Marcos 1.14-15.

²³ MARSHALL, I. Howard. **Teologia do Novo Testamento**: diversos testemunhos, um só evangelho. Tradução de Marisa K. A. Siqueira, Sueli da Silva Saraiva. São Paulo: Vida Nova, 2007, p. 120.

²⁴ GOPPELT, 2002, p. 101.

²⁵ Cf. Atos 1.3.

²⁶ GUTHRIE, 2011, p. 431.

²⁷ Zelotes e Ebionitas eram alguns desses movimentos.

²⁸ O Judaísmo e a comunidade de Qumran faziam parte desses grupos.

²⁹ YOUNGBLOOD, Ronald F.; BRUCE, F. F.; HARRISON, R. K. (edits). **Dicionário ilustrado da Bíblia**. Tradução de Lucília Marques Pereira da Silva, et al. São Paulo: Vida Nova, 2004, p. 1196.

³⁰ Judeus viveram ali de 130 a.C. a 4 a.C.; de 4 a.C. até 68 d.C.; zelotes se estabeleceram ali por volta de 68 d.C. até 135 d.C. Entre 50 a.C. e 68 d.C. os judeus que ali viveram eram piedosos e, foram disciplinados e ensinados por alguém que se denominava “mestre da virtude”. Escritos encontrados no local revelam alguns ensinamentos do mestre da virtude.

³¹ GUTHRIE, 2011, p. 416.

³² LADD, 2003, p. 88.

³³ GUTHRIE, 2011, p. 416.

uma batalha escatológica.³⁴

Os zelotes constituíam um grupo ativo³⁵ em questões do Reino de Deus. Eles se opunham diretamente ao governo romano e se recusavam a pagar tributo ao imperador. Para eles, Deus era o único Rei.³⁶ Por diversas vezes tentaram expulsar os romanos de Israel, até que conseguiram isso em 66 d. C. Isso resultou no cerco que culminou na destruição de Jerusalém em 70 d.C. Os zelotes eram violentos, isso significa que, para eles, o Reino de Deus deveria ser imposto pela força. Outro grupo de sectários que teve contato com a comunidade de Qumran é chamado de Ebionitas. Os Ebionitas³⁷ mesclavam cristianismo e judaísmo. Com relação ao Reino de Deus, eles aguardavam que este fosse estabelecido em Jerusalém³⁸ e seria governado pelo Messias. Nos ensinamentos de Jesus e dos apóstolos é possível perceber a tensão com relação à dualidade temporal do Reino de Deus. O Reino de Deus não é entendido apenas como futuro, mas como presente também.³⁹ Esse era o aspecto revolucionário do ensino de Jesus sobre o Reino de Deus.⁴⁰ Assim, permanece uma tensão conflituosa aparentemente não resolvida sobre a tensão entre a presença “já” e “ainda não” do Reino de Deus.⁴¹ Apesar de o Reino de Deus já estar aqui agora, deve-se orar pela sua vinda futura.

Essa confusão com relação à tensão da dualidade temporal do Reino gerou alguns conflitos na concepção da vida cristã como expressão do Reino de Deus. Clemente de Roma⁴² (meados do século 1 a meados do século 2) entende Jesus como a manifestação da majestade de Deus (*Cetro da Majestade de Deus*)⁴³ vinda em humildade, destituído de arrogância. Isso não implica dizer que Clemente defendesse a presença do Reino em Cristo, apenas que, nele, a majestade de Deus estava revelada. Segundo Clemente de Roma, os apóstolos,

³⁴ CARAGOUNIS in REID, 2012, p. 1064.

³⁵ GUTHRIE, 2011, p. 416.

³⁶ YOUNGBLOOD, 2004, p. 1464.

³⁷ CESARÉIA, Eusébio de. **História Eclesiástica**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 1999, p. 106.

³⁸ HÄGLUND, Bengt. **História da Teologia**. Tradução de Mário Rehfeldt e Gládis Knak Rehfeldt. 8.ed. Porto Alegre: Concórdia, 2013, p. 25.

³⁹ Cf. Lucas 17.21

⁴⁰ BOSCH, 2002, p. 53.

⁴¹ BOSCH, 2002, p. 53.

⁴² GONZÁLEZ, Justo L. **Dicionário ilustrado dos intérpretes da fé**. Tradução de Reginaldo Gomes de Araújo. São Paulo: Hagnos, 2008, p. 182.

⁴³ Cf. As Cartas de Clemente cap. 16, in FARIA, Daniel; CUSTÓDIO, Natália. **Clássicos da Literatura Cristã**: pais apostólicos; confissões; imitação de Cristo. Tradução de Almiro Pisetta e Antivan Guimarães. São Paulo: Mundo Cristão, 2015, p. 19.

imbuídos de autoridade da Palavra de Deus, partiram para pregar as boas novas de que o Reino de Deus estava prestes a chegar.⁴⁴ Isso indica a crença de certa iminência na vinda breve do Reino de Deus. Clemente acredita que o Reino de Deus é futuro, que ele aparecerá em breve e que⁴⁵ só têm lugar nesse Reino aqueles que foram aperfeiçoados no amor. Isso diz respeito àqueles que amam a Deus e que foram por Ele perdoados.

2. PATRÍSTICA - O REINO PRÁTICO

A Segunda carta de Clemente aos Coríntios, embora a autoria clementina seja incorreta,⁴⁶ também aponta certos aspectos com relação ao Reino de Deus. Segunda Clemente aponta o aspecto prático da vida cristã no Reino de Deus. Não basta apenas chamar a Cristo de Senhor, antes é mais importante reconhecê-lo nas ações práticas.⁴⁷ Isso é um forte apelo à ética cristã pautada no Reino de Deus. Essa ética é importante, não pela presença “já” do Reino, pois o Reino, em Segunda Clemente, é puramente futuro.⁴⁸

Inácio de Antioquia⁴⁹ (meados do séc. I d.C. – início do séc. II d.C.), em sua carta aos Efésios, faz uma paráfrase de 1 Coríntios 6.9-10⁵⁰, a partir da qual se pode inferir que, em sua concepção, o Reino de Deus é uma herança⁵¹ e, portanto, futura. Inácio faz o mesmo tipo de paráfrase na carta aos filadélfios cap. 3.⁵² Piônio (autor de uma cópia do martírio de Policarpo) afirma ter feito uma cópia do relato do martírio de Policarpo “*a fim de que Cristo o levasse com os eleitos para seu Reino celestial*”.⁵³ Isso implica uma concepção do Reino como futuro. A Didaquê propõe a oração do *Pai-Nosso* três vezes ao dia e após a celebração da ceia (*eucaristia*), se faça oração pela unificação da igreja que está espalhada, a fim de que seja santificada e reunida dos quatro ventos,

⁴⁴ As Cartas de Clemente cap. 42, in FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 29.

⁴⁵ As Cartas de Clemente cap. 50, in FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 32.

⁴⁶ FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 6.

⁴⁷ Segunda Carta de Clemente cap. 4, in FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 39.

⁴⁸ Cf. Segunda Carta de Clemente cap. 6,9,11-12, in FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 40, 41, 42.

⁴⁹ GONZÁLEZ, 2008, p. 354.

⁵⁰ **BÍBLIA, Português.** Bíblia Sagrada - Harpa Sagrada. Almeida Revista e Corrigida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil; Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2017, p. 1124.

⁵¹ Carta de Inácio aos Efésios cap. 16, in FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 53.

⁵² Carta de Inácio aos Filadélfios cap. 3, in FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 67.

⁵³ O martírio de Policarpo, bispo de Esmirna, relatado na carta da igreja de Esmirna à igreja de Filomélio, cap. 23, in FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 91.

dos confins da terra para o Reino preparado para ela.⁵⁴ Assim, considerando o alto teor moral da Didaquê e sua apresentação, ainda que breve do Reino, é possível inferir que este Reino está preparado para a igreja e que também diz respeito ao futuro.

Dentre os pais apostólicos também há os escritos de Hermas,⁵⁵ datados no século II d.C. Hermas viveu em Roma em meados do segundo século e seus escritos possuem um teor apocalíptico e forte apelo moral. A nona parábola/comparação apresenta a construção de uma torre, símbolo da igreja. Nessa torre há uma rocha antiga e uma porta nova. Ambas representam o Cristo. A rocha é antiga, pois, segundo Hermas, Cristo foi o conselheiro do Pai na obra da criação. A porta foi feita nova, a fim de que os que devem ser salvos possam entrar por ela no Reino de Deus.⁵⁶ Esse texto sugere a ligação estreita entre Cristo e a igreja. Cristo é a porta para a entrada no Reino de Deus. Essa concepção também parece se referir à entrada no Reino em um período posterior, visto que o apelo moral prático dos escritos de Hermas diz respeito à vida cristã, contudo não sugere que essa prática permita ao cristão estar no Reino agora. Sua concepção apocalíptica aponta para o Reino no futuro,⁵⁷ porém essa concepção futura do Reino não é unilateral. Mais adiante, Hermas faz uso de ambos os aspectos temporais, futuro e presente, do Reino.⁵⁸ É interessante perceber a unilateralidade da salvação em Hermas. Cristo é a porta para o Reino. Isso significa que a única forma de se entrar na eternidade é por meio dele.

Orígenes (185 d.C.-254 d.C.), um dos autores mais prolíficos da antiguidade,⁵⁹ acreditava que Jesus era a manifestação pessoal do Reino de Deus. Orígenes entendeu o aspecto futuro do Reino com relação à jornada espiritual do crente.⁶⁰ Esse Reino, segundo Orígenes, passa por um alvorecer

⁵⁴ A Didaquê cap. 8-10, in FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 98.

⁵⁵ GONZÁLEZ, 2008, p. 331.

⁵⁶ O Pastor de Hermas: o livro das comparações, nona comparação cap. 12 in FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 192.

⁵⁷ O Pastor de Hermas: o livro das comparações, nona comparação cap. 15 in FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 194.

⁵⁸ Cf. O Pastor de Hermas: o livro das comparações, nona comparação cap. 15 e 16 in FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 195. Ali se pode ler o seguinte: “O selo, portanto, é a água. As pessoas entram na água mortas e saem vivas. A elas, conseqüentemente, foi anunciado esse selo, e elas fizeram uso dele para que pudessem entrar no Reino de Deus”. *Isso sugere passado e presente. Portanto, o Reino de Deus em Hermas é tanto presente como futuro.*

⁵⁹ GONZÁLEZ, 2008, p. 505.

⁶⁰ BOSCH, 2002, p. 53.

gradativo à medida que as pessoas crescem no conhecimento de Deus.⁶¹ Embora o ensino sobre o Reino de Deus após a era apostólica até o século XX, pareça meio vago, houve desdobramentos importantes que modelaram as concepções principais da igreja. Um dos mais importantes – talvez o mais importante – foi Agostinho. Em Agostinho, o Reino de Deus assume uma configuração diferente da usual – presente ou futura. A partir de Agostinho haverá uma fusão praticamente tríplice: o Reino de Deus, a Cristandade e o Estado. As declarações dos credos,⁶² embora mencionem o Reino vagamente,⁶³ não se mostram animadoras. Em Agostinho, porém, o Reino de Deus será assimilado de forma absolutamente prática.

3. AGOSTINHO – O REINO DE DEUS E O REINO DOS HOMENS

Agostinho de Hipona⁶⁴ (354 d.C.-430 d.C.) nasceu em Tagasta,⁶⁵ pequena cidade da Numídia, na África.⁶⁶ A concepção de Reino de Deus e igreja em Agostinho surge de uma dificuldade ocorrida no ano 410, período em que Roma havia sido tomada pelos visigodos, no qual os pagãos argumentaram que a queda de Roma se deu por causa da negação dos deuses antigos⁶⁷ que a fizeram grande; portanto, os cristãos eram os culpados pela queda de Roma. Agostinho, para responder a essas questões, escreve *A Cidade de Deus*. *Essa obra apresenta a concepção eclesiástica de Agostinho, bem como descreve o Reino de Deus e o reino do mundo*.⁶⁸ Em *A Cidade de Deus*, Agostinho argumenta que todos os impérios mundiais derivam do poder e da autoridade de Deus “de quem dependem todos os reinos”⁶⁹ do mundo. Em *A Cidade de*

⁶¹ OLSON, 2004, p. 477.

⁶² O Credo Niceno (Constantinopolitano) traz o seguinte: “...De novo há de vir em glória, para julgar os vivos e os mortos; e o seu Reino não terá fim...”. Cf. McGRATH, Alister E. **Teologia Sistemática, histórica e filosófica**: uma introdução a teologia cristã. Tradução de Marisa K. A. de Siqueira Lopes. São Paulo: Shedd, 2005, p. 56.

⁶³ BRAY, Gerald. **História da teologia cristã**. Tradução de Regina Aranha. São Paulo: Shedd, 2017, p. 602.

⁶⁴ OLSON, Roger E. **História da teologia cristã**: 2000 anos de tradição e reformas. Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Vida, 2001, p. 262.

⁶⁵ AGOSTINHO. **Confissões**. Tradução de Beatriz S. S. Cunha. Jandira: Principis, 2019, Contracapa.

⁶⁶ REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**: da Antiguidade à Idade Média. São Paulo: Paulus, 1990, p. 428.

⁶⁷ GONZÁLEZ, 2008, p. 31.

⁶⁸ HÄGLUND, 2013, p. 102.

⁶⁹ AGOSTINHO, Santo. **A cidade de Deus**. Tradução de J. Dias Pereira. 2.ed. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 193.

*Deus, o estado cristão é o ideal agostiniano. Para isso, Agostinho acredita que a Cidade de Deus (comunhão dos santos) está presente na sociedade externa. O estado terreno pode fornecer a estrutura e o meio pelo qual o Reino de Deus pode crescer e avançar.*⁷⁰ Assim, a sociedade, o Estado, deve ser um meio de promoção do Reino de Deus.

Basicamente, se um Estado é regido por leis cristãs e se subordina à comunhão dos crentes para alcançá-lo, então preenche a função que lhe foi dada por Deus. Com isso, o Estado torna-se útil aos propósitos de Deus, a fim de viabilizar o progresso do Reino de Deus. Dessa forma, a igreja passou a ser vista como o Reino de Deus na terra.⁷¹ Agostinho não afirmou que o Estado deveria se submeter à igreja. Seus escritos foram reinterpretados a fim de encerrar o Estado debaixo da autoridade da igreja. Agostinho não pode fazer nada⁷² contra essa concepção que estava em ascensão. A igreja romana desde então reivindica ser o Reino visível de Deus na terra.⁷³ Em decorrência desta confusão, até mesmo muitos cristãos chegaram a identificar o Império Romano cristianizado com o Reino de Deus.⁷⁴

4. TOMÁS DE AQUINO – PRELÚDIO DA CONCEPÇÃO MODERNA DE REINO

Alguns séculos mais tarde, Tomás de Aquino (1225-1274) traz uma visão mais moderna e completa do Reino de Deus. Aquino era um teólogo dominicano de origem italiana, doutor da igreja,⁷⁵ grande expoente entre os escolásticos, verdadeiro gênio metafísico e um dos maiores pensadores de todos os tempos.⁷⁶

Tomás de Aquino possuía uma visão mais ampla do Reino de Deus quando comparado aos seus antecessores. Ele entendia o Reino de Deus como presente, mas não de forma plena, isto é, acabada, pois isso implica perfeita submissão de todas as coisas a Deus. Um rei não pode ser rei efetivamente antes de que todos os seus súditos lhe obedeçam.⁷⁷ Ele acredita que Deus, por direito de

⁷⁰ HÄGLUND, 2013, p. 103.

⁷¹ BOSCH, 2002, p. 53.

⁷² HÄGLUND, 2013, p. 104.

⁷³ CULVER, Robert Duncan. **Teologia sistemática: bíblica e histórica.** Tradução de Valdemar Kroker [et al]. São Paulo: Shedd, 2012, p. 1126.

⁷⁴ OLSON, 2001, p. 288.

⁷⁵ GONZÁLEZ, 2008, p. 619.

⁷⁶ REALE; ANTISERI, 1990, p. 552.

⁷⁷ Cf. MARTINS, Vitor de Oliveira. **O Pai Nosso e a Ave Maria interpretados por Santo Tomás de Aquino.** Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2008, p. 39.

Criação, é Senhor de todas as coisas. Segundo Aquino, ao pedir pela vinda do Reino de Deus, pede-se pelo menos três coisas: a conversão dos justos, a punição dos pecadores e a destruição da morte. Todos os homens serão submetidos a Cristo de duas formas: voluntariamente ou contra a vontade. A vontade de Deus é absoluta e não pode ser violada de forma alguma. Assim, Deus cumprirá sua vontade sobre os justos (em salvação) e sobre os ímpios (em punição). Por isso, os santos, de boa vontade, se submetem e pedem pela vinda do Reino, mas esse mesmo pedido faz tremer os pecadores.⁷⁸ Os inimigos de Cristo serão todos subjugados. O último inimigo a ser destruído será a morte (1 Co 15,26). Pois Cristo é Vida e onde Ele reina não há espaço para a morte.

Aquino define a terminologia “Reino de Deus” em sentido simples e literal: Governo de Deus.⁷⁹ O Reino de Deus é a glória do Paraíso. Segundo Aquino, a plenitude de um governo atinge o ápice quando nada se opõe à vontade do governante. Como a vontade de Deus é salvar a humanidade, este mundo é repleto de obstáculos para a salvação dos homens. Aquino afirma que o clamor pela vinda do Reino é um anseio pelo triunfo sobre todos esses obstáculos e a participação na glória do Paraíso. Aquino também aponta alguns motivos para desejar o Reino de Deus: *a justiça, a liberdade, as riquezas e o triunfo sobre o pecado*. Aqui, os justos sofrem com os maus; no Reino de Deus, os maus não farão parte, apenas os justos desfrutarão da glória do paraíso. Aqui na terra se deseja a liberdade sem possuí-la plenamente.

No Reino de Deus há verdadeira liberdade, sem a menor escravidão. Somente em Deus o homem pode achar a excelência e a perfeição que busca neste mundo. Aquino afirma: Se procurais deleite, riquezas e outros bens, em Deus se pode achar tudo isso⁸⁰ em superabundância e excelência. Neste mundo, muitas vezes reina o pecado (Rm 6.12), por isso se pede pela vinda do Reino. A disposição em pedir pela vinda do Reino é necessária para chegar àquela bem-aventurança proclamada pelo Senhor. Aquino conclui afirmando que não é necessário se vingar, pois o reconhecimento de Deus como Rei Soberano significa entregar tudo aos cuidados dele e que não é adequado ficar inquieto quando se perdem os bens neste mundo, pois nada se compara à

⁷⁸ MARTINS, 2008, p. 40.

⁷⁹ MARTINS, 2008, p. 41.

⁸⁰ MARTINS, 2008, p. 43.

Glória do Reino de Deus.⁸¹

5. TOMÁS DE KEMPIS – O ÂMBITO MORAL DO REINO DE DEUS

Tomás de Kempis⁸² (1380-1471) era um monge e escritor alemão. Seu nome verdadeiro é Tomás de Hammerken, mas mudou o sobrenome para Kempis por conta de sua cidade natal, Kempen, na Prússia. Sua obra mais significativa é a *Imitação de Cristo*, que fora atribuída a outros ao longo da história. Este livro, que, depois da Bíblia, foi o mais traduzido no mundo inteiro, já que é o mais famoso e o de maior influência de todos os escritos ascéticos e monásticos medievais.⁸³

O Reino é novamente assunto de teologia, agora em Tomás de Kempis. Na *Imitação de Cristo*, são usadas ambas as terminologias: Reino de Deus e Reino dos Céus. Parece que já era disseminada a concepção sinônima dessas terminologias. A sabedoria de Deus é mais elevada que a sabedoria dos filósofos, muito difundida nesse período, e não há sabedoria mais elevada que desprezar o mundo para caminhar em direção ao Reino dos Céus.⁸⁴ Há uma crítica construtiva para aqueles que buscam riquezas e não se contentam com o que têm. Deus lhes priva das riquezas, pois do contrário fariam deste mundo a sua casa e desprezariam o Reino de Deus.⁸⁵ Também em Kempis é possível encontrar uma visão subjetiva do Reino de Deus. Trata-se de uma interpretação inadequada de que o Reino de Deus é algo subjetivo e metafísico, pertencente ao interior do indivíduo, e que se pode alcançá-lo por meio de introspecção e meditação.⁸⁶ Em Kempis está claro também que os ímpios não pertencem à esfera do Reino de Deus.

A exortação de Kempis prossegue para o fato de que alguns desejam o Reino de Deus apenas superficialmente. Desejam seu conforto, mas não sua tribulação. Muitos retrocedem ante as tribulações.⁸⁷ Kempis tem consciência do papel didático das tribulações, pois por meio delas é que se alcança o Reino

⁸¹ MARTINS, 2008, p. 44.

⁸² KEMPIS, Tomás de. **Imitação de Cristo**. Tradução de Padre Leonel França. Jandira: Principis, 2019, contracapa.

⁸³ GONZÁLEZ, 2008, p. 393.

⁸⁴ FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 399.

⁸⁵ KEMPIS in. FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 422.

⁸⁶ KEMPIS in. FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 433.

⁸⁷ KEMPIS in. FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 445.

de Deus (Atos 14.22).⁸⁸ Em Kempis também há a concepção de que, antes de Cristo, o caminho do Reino era obscuro, mas agora fora revelado em Cristo o caminho para o Reino Eterno.⁸⁹ Mesmo diante das adversidades, é importante não perder de vista esse caminho do Reino de Deus.⁹⁰ Kempis exorta também quanto à busca de conhecimento inútil, conhecimentos que em nada podem acrescentar algo à salvação em si. Lembra que o Reino de Deus não consiste em belas palavras.⁹¹ Em Kempis também está presente a dualidade temporal do Reino de Deus: ele é eterno, uma herança futura,⁹² mas agora no presente, os santos que já morreram desfrutaram deste Reino de Deus.⁹³ O aspecto futuro do Reino é claro na seguinte afirmação: “*Agora você quer desfrutar da liberdade gloriosa dos filhos de Deus; (...). Você quer ser cheio do Bem Soberano, mas não pode ainda o atingir. Sou esse Bem, diz o Senhor, até que o Reino de Deus venha*”.⁹⁴

A moralidade é própria daqueles que desejam o Reino de Deus.⁹⁵ Os cristãos são orientados a não disputar o mérito dos santos, sobre qual deles é o maior, nem desprezar os santos vivos, pois isso significa desprezar Cristo e o restante dos santos que já estão no Reino de Deus.⁹⁶ Kempis parece falar metaforicamente de um tipo de hierarquia no Reino de Deus, mas exorta quanto à soberba de se sentir importante.⁹⁷ Os pobres, segundo Kempis, não entram no Reino de forma automática, antes devem andar de acordo com a verdade.⁹⁸ Kempis acredita estar contado entre os santos no Reino de Deus.⁹⁹ Certamente isso é o que o habilita e impele a falar sobre o Reino. O Reino de Deus, segundo Kempis, é um Reino moral, presente e futuro. Um Reino eterno onde os santos já estão presentes e que já pode ser desfrutado aqui e agora.

⁸⁸ KEMPIS in. FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 450.

⁸⁹ KEMPIS in. FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 474.

⁹⁰ KEMPIS in. FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 488.

⁹¹ KEMPIS in. FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 500.

⁹² “Quando contemplarei a glória do teu Reino? Quando estarei contigo em teu Reino que preparaste para teus amados desde toda a eternidade?” KEMPIS in. FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 506.

⁹³ KEMPIS in. FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 506.

⁹⁴ KEMPIS in. FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 509.

⁹⁵ “*Lembra-te de mim, ó meu Deus, e guia-me pelo caminho reto ao teu Reino. Amém.*” KEMPIS in. FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 522.

⁹⁶ KEMPIS in. FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 523.

⁹⁷ KEMPIS in. FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 524.

⁹⁸ KEMPIS in. FARIA; CUSTÓDIO, 2015, p. 525.

⁹⁹ KEMPIS in. FARIA e CUSTÓDIO, 2015, p. 546.

6. A REFORMA PROTESTANTE – A DIVISÃO ENTRE REINO DE DEUS E REINO SECULAR

Após Kempis, o Reino de Deus é retomado pelos reformadores, Lutero e Calvino. Martinho Lutero (1438-1546) é reconhecido comumente como o fundador da Reforma Protestante no séc. XVI e do protestantismo em si. Seu pensamento teológico influenciou também o pensamento social, econômico e político da época.¹⁰⁰ Sua contribuição sobre o Reino de Deus não pode ser ignorada. Martinho Lutero acreditava que o fato de haver necessidade de petição pela vinda do Reino era uma evidência de que este poderia não ter vindo e que isso deixaria o cristão em certa dificuldade. Primeiramente, Deus se privou do Reino para salvar a humanidade.

Nessa situação, Deus estava privado de seu Reino, mesmo sendo o criador de tudo, por causa da humanidade. Segundo essa concepção, a lógica era condenar os homens como adversários de Deus e espoliadores do Reino. Em segundo lugar, os homens salvos vivem como estranhos no mundo, humilhados, maltratados e entregues a todos os tipos de zombaria. Daí a necessidade da petição pelo Reino. Essa conclusão de Lutero é amenizada por um tipo de consolo para os filhos de Deus. De acordo com Lutero, aqueles que reconhecem seu estado e pedem pela vinda do Reino serão ouvidos por Deus, mas aqueles que não reconhecem seu estado de maldade, serão julgados severamente como inimigos do Reino de Deus.¹⁰¹

Na visão de Lutero, aqueles que não pedem pela vinda do Reino são tiranos e adversários de Deus. Essa petição deixa claro que, diante de Deus, não há inocentes. Basicamente, os que pedem pelo Reino são os filhos de Deus e aqueles que não pedem são adversários de Deus, pois, de acordo com Lutero, há dois Reinos: o Reino de Deus e o reino do demônio. Lutero, ao fazer uma análise da autoridade secular e seus limites, aponta a divisão da humanidade em duas partes: os filhos de Deus, que pertencem ao Reino de Deus, e os ímpios, que pertencem ao reino do mundo. Os filhos do Reino são os cristãos verdadeiros, estes não têm necessidade de leis ou punições da autoridade secular, pois aceitaram a Cristo e isso os leva a ter uma moral superior a

¹⁰⁰ GONZÁLEZ, 2008, p. 432.

¹⁰¹ Cf. LUTERO, Martinho. **O Pai Nosso**. Traduzido do espanhol por Zaquieu A. de Carvalho. São Paulo: Livraria Fittipaldi, 1965.

qualquer lei.¹⁰² A autoridade secular é a espada de Deus sobre os maus que sentem prazer no pecado. As leis existem para cercear a liberdade dos maus, para que não aflijam os justos.

O fato de Jesus afirmar que o demônio é o príncipe deste mundo significa que este reino é um reino de pecado e desobediência. Para os justos é uma infelicidade semelhante àquela dos israelitas quando estavam presos no Egito. Aqui os justos trabalham e edificam, sem poder aproveitar nada. Aqueles que se rendem ao demônio serão condenados à morte eterna. Enquanto o Reino de Deus não se manifestar, todos vivem no reino do demônio, com uma diferença entre os justos e os ímpios.

Os justos são aqueles que, vivendo no reino do demônio, lutam para controlar e subjugar os apetites carnis, os deleites, os prazeres mundanos. Há uma batalha constante entre o justo e os prazeres mundanos que tentam arrastá-lo novamente ao reino do demônio. Os ímpios também vivem no reino do demônio, mas com muito prazer, cedendo a todos os desejos e inclinações da carne no mundo de Satanás. Aqueles que desejam o Reino de Deus devem renunciar ao reino de Satanás.

O Reino de Deus, segundo Lutero, é um Reino de verdade e justiça. A justiça do Reino consiste em santidade. Essa santidade, por sua vez, é subjugar os membros do corpo, consagrando-os como instrumentos do Reino de Deus. Lutero define o Reino de Deus como “paz, disciplina, humildade, honestidade, amor e toda espécie de virtudes, sendo alheios a ele a ira, o ódio, o rancor, a impudicícia e afetos e paixões semelhantes”.¹⁰³ Lutero vê, assim, o Reino de forma prática e ética, sendo que, para saber em que reino o indivíduo se encontra, basta fazer um autoexame. Lutero também acredita que dentro de todos, mesmo dos justos, há um pouco do reino do demônio, daí a necessidade de clamar pela vinda do Reino que, acredita ele, “começa e se estende neste mundo, mas seu pleno desenvolvimento tem lugar na outra vida”.¹⁰⁴

Martinho Lutero traduz a petição “venha o teu Reino” nas seguintes palavras: “Oh, Pai Amado, tire-nos depressa desta vida, para que teu Reino se cumpra em nós e nos vejamos completamente livres do Reino do demônio.

¹⁰² LUTERO, Martinho; CALVINO, João. **Sobre a autoridade secular/sobre o governo civil**. Tradução de Hélio de Barros e Carlos Eduardo Silveira de Matos. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 12.

¹⁰³ LUTERO, 1965, p. 56.

¹⁰⁴ LUTERO, 1965, p. 56.

Mas se a tua vontade é que prossigamos nesta miséria, outorga-nos a tua graça, a fim de que o teu Reino possa começar em nós e o façamos crescer sem tréguas, enquanto reduzimos a nada o reino do demônio e o destruímos”.

Martinho Lutero ainda aponta dois erros com relação à petição pela vinda do Reino. 1) Muitos são capazes de realizar uma grande quantidade de obras externas; seu interior, porém, está maculado de más intenções, ira, ódio, soberba, impaciência, impudicícia, etc. Esses indivíduos correm atrás do Reino de Deus, viajando de uma cidade para outra a fim de conseguir o Reino de Deus, mas deixam de fazer a única coisa necessária, isto é, se entregar interiormente a Deus para ser seu Reino. Segundo Lutero, não é necessário viajar atrás do Reino; antes, é necessário se entregar a Deus interiormente, a fim que o indivíduo seja o Reino. Jesus não ensinou a orar para que “cheguemos ao Reino”, mas “Venha o Teu Reino”. Isso significa que a graça do Reino e suas virtudes vêm assim como o próprio Cristo desceu.

2) Clamar pela vinda do Reino no intuito de se salvar, no sentido de se livrar das penas do inferno, é um erro. Pois o Reino de Deus consiste em ser justo, forte, benévolo, puro, simples, manso e cheio de graça e virtude.¹⁰⁵ Deus estabelece seu Reino no indivíduo e governa sua vida que, segundo Lutero, esse deve ser desejado antes de qualquer coisa. Porque nisto consiste a salvação: “que Deus governe no indivíduo e que este seja seu Reino”. A vinda do Reino de Deus deve ser buscada antes de tudo, pois a alegria e tudo de bom que se possa ansiar virá depois do Reino de Deus. A graça e a virtude seguem o Reino de Deus. Cristo manda buscar, não as consequências do Reino, antes o Reino em si mesmo. Alguns buscam apenas os deleites e virtudes do Reino sem desejá-lo em si mesmo. Estes nada receberão.

Outro eminente reformador, que também pode contribuir com o conceito de Reino, é João Calvino. João Calvino (1509-1564) é considerado o principal reformador da segunda geração.¹⁰⁶ Calvino foi responsável por sistematizar grande parte do pensamento de Lutero, contudo distanciou-se em diversos pontos. As obras de Calvino influenciaram a teologia, a política, a economia e a ética social.¹⁰⁷ Em sua obra mais famosa, *As Institutas*, Calvino, por diversas

¹⁰⁵ LUTERO, 1965, p. 59.

¹⁰⁶ GONZÁLEZ, 2008, p. 145.

¹⁰⁷ OLSON, 2001, p. 435.

vezes, menciona o Reino¹⁰⁸ de Deus (as vezes Reino de Cristo ou somente Reino).

É possível inferir das observações de Calvino que sua concepção de Reino sugere uma ordem moral, um Reino Eterno e Espiritual, o Reino de Cristo sob o qual a igreja está. Todavia, Calvino fala do Governo e do Reino como coisas distintas, talvez com o intuito de distanciar o da concepção católica romana de que a igreja instituída era o próprio Reino de Deus na terra. O Reino de Deus, segundo Calvino, é espiritual, eterno, futuro, mas também possui uma ordem presente e deve ser proclamado. No Livro II, Calvino chama a ciência política, a economia doméstica, todas as artes mecânicas e as disciplinas liberais de coisas terrenas e que, portanto, não dizem respeito ao Reino de Deus, que é celestial e se serve de coisas celestiais, como, por exemplo, o senso da verdadeira justiça e os mistérios do Reino Celeste.¹⁰⁹

Calvino acredita que o Reino de Deus só pode ser acessado por aqueles que foram transformados pelo Espírito Santo.¹¹⁰ Também, semelhante a Lutero, acredita que Satanás tem um reino em oposição ao Reino de Deus.¹¹¹ Esse reino de satanás é chamado de reino da iniquidade,¹¹² mas o Reino de Deus é um Reino de Liberdade.¹¹³ Segundo Calvino, os patriarcas, sem dúvida, estão no Reino Imortal de Deus.¹¹⁴ Há entre o Reino de Deus e o governo civil uma distância muito grande, de forma que o Reino de Deus não pode ser encerrado política ou naturalmente.¹¹⁵

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Reino de Deus, teologia complexa e relevante, apresenta-se já no início das Escrituras, no livro de Gênesis. Deus criou todas as coisas e instituiu o governo humano já no Éden. O propósito do homem ali era o governo responsável sobre a criação de Deus. Mas o homem não governa paralela ou separadamente de Deus. Ele governa à medida que Deus lhe concede

¹⁰⁸ CALVINO, João. **As Institutas**: Livro I. Tradução de Waldir Carvalho Luz. 2.ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2006, p. 19.

¹⁰⁹ CALVINO, 2006, p. 41.

¹¹⁰ CALVINO, 2006, p. 48.

¹¹¹ CALVINO, João. **As Institutas**: Livro II. Tradução de Waldir Carvalho Luz. 2.ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2006, p. 77.

¹¹² CALVINO, 2006, p. 77.

¹¹³ CALVINO, 2006, p. 141.

¹¹⁴ CALVINO, 2006, p. 191.

¹¹⁵ LUTERO; CALVINO, 2005, p. 73.

autoridade para governar. Deus é o governante absoluto de todo o universo. O universo é o Reino de Deus. Contudo, Deus governa sobre a nação de Israel. Esse povo escolhido para ser, não o Reino de Deus, mas o povo de Deus, um Reino de Sacerdotes. Sobre Israel em especial, Deus governou e deu um propósito ao povo. Propósito este quebrado por rebeldia e falta de maturidade. A narrativa da rejeição do Reinado de Deus pode ser vista em 1 Samuel nos capítulos 8 e 12.

Mesmo o povo rejeitando seu governo, Deus continua a revelar os aspectos fundamentais do seu Reino por toda a Escritura. Por meio de salmistas, cronistas e profetas, Deus apresenta seu Reino à humanidade. O sofrimento dos exílios e a dor do silêncio de Deus fez o povo ansiar desesperadamente para ser por Ele governado novamente. Por isso, a mensagem de Jesus a Israel é tão específica: Arrependei-vos porque é chegado o Reino de Deus. Mas a mensagem do Reino foi entendida pelos escribas, doutores da lei e pelo povo mais leigo como um reinado temporal e civil, como fora nos dias de Davi e Salomão. Não somente o povo israelita, mas os discípulos e depois os pais da igreja entenderam o Reino de Deus de forma estranha. Os pais da igreja entenderam que o Reino de Deus poderia ser expressado por meio de uma ética rigorosa, uma moralidade rígida. Talvez por ser o meio mais prático de discernir que era de Deus e quem não era. Pois o comportamento externo era a evidência de quem praticava a piedade cristã.

Não que o Reino de Deus não possua um apelo moral distinto, mas o Reino em si é mais abrangente que isso. Agostinho apontou em suas obras políticas a diferença entre o Reino de Deus e os reinos humanos. Agostinho também é o primeiro a afirmar, depois de Daniel e Jesus, que o poder dos reis é derivado de Deus. Agostinho também atribui uma função evangelística ao Estado. O Estado que é composto por cristãos e estruturado em leis cristãs pode ser um instrumento de evangelização semelhante ao povo de Israel sob a direção de Moisés. De acordo com Agostinho, esse é o real propósito do Estado: servir aos desígnios de Deus. A hermenêutica ruim da era medieval deu convenientemente a entender que o Estado Secular deveria se subordinar ao poder eclesiástico. Essa ideia foi duramente combatida séculos mais tarde.

Embora Agostinho forneça excelentes insights sobre a Teologia do Reino de Deus, o teólogo e filósofo que mais contribuiu para uma melhor compreensão do Reino de Deus na era medieval é Tomás de Aquino. Nos escritos de Tomás

de Aquino, o Reino de Deus é apresentado de forma bem atual. Aquino observa que o Reino de Deus é presente e futuro simultaneamente, coisa que ainda hoje causa náuseas em alguns teólogos. Aquino acreditava que o Reino de Deus, antes de seu estabelecimento pleno, deve persuadir as pessoas a Deus, pois um Reino é composto por cidadãos. Em Aquino, Deus é o governante absoluto de todas as coisas por direito de criação. Para que o Reino de Deus seja estabelecido plenamente, Deus destruirá seus inimigos, inclusive a própria morte. O Reino de Deus para Aquino reflete a glória do Éden. O Reino de Deus, na verdade, supera excessivamente o Paraíso do Éden. Pois o Reino de Deus, em sua plenitude, é o Novo Céu e a Nova Terra. O Éden era apenas uma reserva limitada, um jardim, mas a glória do Reino de Deus vai abranger toda a terra.

Tomás de Kempis apela para o âmbito moral do Reino de Deus. A verdadeira sabedoria é rejeitar o mundo e amar a Deus. Kempis apresenta uma perspectiva ascética do indivíduo que peregrina para o Reino dos Céus. Apesar da ética ser de alta relevância para o Reino de Deus (pois trata-se da evidência externa do cristão de que este serve a Deus), contudo o cristão ainda está no mundo, ainda vive na sociedade. A sociedade, isto é, as pessoas que vivem no mundo, constituem o objetivo da prática cristã. Basicamente, o cristão realiza o amor e a misericórdia vivendo na sociedade. O cristão deve buscar o ideal de Paulo com relação à sociedade, ao invés de fugir dela e condená-la completamente. Kempis observou que o Reino de Deus traz conforto e tribulações e que alguns indivíduos somente almejam o conforto e não suportam as dificuldades da vida cristã. Muitos esquecem que é por meio de muitas tribulações que se entra no Reino de Deus. Outra observação importante de Kempis é a advertência contra a busca de conhecimentos inúteis. Deve-se examinar todas as coisas e reter aquilo que é bom, isto é, útil aos propósitos de Deus. Basicamente, qualquer coisa deve ser retida ou descartada de acordo com sua utilidade para o Reino de Deus. Realmente a vida é curta, é um sopro, e não se deve perder tempo com coisas inúteis. A vida do cristão deve ser empregada integralmente no Reino de Deus. Isso não significa que não se deva trabalhar ou constituir uma família; pelo contrário, deve-se empregar o trabalho e a família no Reino de Deus.

A Reforma Protestante foi um marco histórico. Mudou diversas concepções em áreas civis, políticas, econômicas e religiosas. Após a Reforma, o mundo

nunca mais foi o mesmo. Lutero acreditava que o fato de haver a necessidade de pedir pela vinda do Reino era uma evidência de que o Reino em si mesmo não tinha chegado. Lutero separa os filhos de Deus dos inimigos de Deus pela evidência da petição pela vinda do Reino. Os que pedem pelo Reino são os filhos de Deus que sofrem nesse mundo. Aqueles que não pedem são aqueles que estão confortáveis no mundo, o mundo é seu lar e são inimigos de Deus. Os cristãos são justos e são afligidos pelos maus deste mundo. Contra os maus está o Estado como espada de Deus para punir e refrear a maldade. Lutero apresenta uma perspectiva moral e política do Reino de Deus. Os cristãos foram salvos do mundo de pecado que é o reino do demônio. Sabe-se que a conversão e o batismo tornam o indivíduo cidadão do Reino de Deus, porém, vivendo ainda no mundo, o cristão está em constante batalha contra o pecado, que tenta escravizá-lo novamente. Daí a necessidade de fugir do mundo e seus prazeres.

Calvino, além de fazer a distinção entre o Reino de Deus e as coisas deste mundo, aquelas que em nada contribuem para o Reino de Deus, portanto, coisas inúteis, dentre elas algumas ciências sem relevância espiritual, ainda aponta o Reino de Deus como moral e eterno. O Reino de Deus é eterno, mas não somente no futuro, o Reino de Deus pode ser acessado agora. Isso significa que a dualidade temporal do Reino de Deus já era conhecida pelos pesquisadores desde os primórdios da igreja cristã. Desse estudo é possível depreender que o Reino de Deus tem um âmbito moral e prático que obriga o cristão a levar uma vida em contraposição com as coisas deste mundo. O Reino de Deus não se encerra nestas páginas. Ainda há muito trabalho árduo e pesquisas até que se organize esta Teologia do Reino de Deus.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO. **Confissões**. Tradução de Beatriz S. S. Cunha. Jandira: Principis, 2019.

AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus**. Tradução de J. Dias Pereira. 2.ed. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

BÍBLIA, Português. **Bíblia Sagrada Harpa Cristã**. Almeida Revista e Corrigida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil; Rio de Janeiro: Casa

Publicadora das Assembleias de Deus, 2015.

BOSCH, David J. **Missão transformadora:** mudanças de paradigma na teologia da missão. Tradução de Geraldo Korndörfer e Luís Marcos Sander. São Leopoldo: EST, Sinodal, 2002.

BRAY, Gerald. **História da teologia crista.** Tradução de Regina Aranha. São Paulo: Shedd, 2017.

BULTMANN, Rudolf. **Teologia do Novo Testamento.** Tradução de Ilson Kayser. Santo André: Academia Cristã, 2008.

CALVINO, João. **As Institutas.** Tradução de Waldir Carvalho Luz. 2.ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

CESARÉIA, Eusébio de. **História Eclesiástica.** Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 1999.

CULVER, Robert Duncan. **Teologia sistemática:** bíblica e histórica. Tradução de Valdemar Kroker [et al]. São Paulo: Shedd, 2012.

FARIA, Daniel; CUSTÓDIO, Natália. **Clássicos da literatura cristã:** pais apostólicos; confissões; imitação de Cristo. Tradução de Almiro Pisetta e Antivan Guimarães. São Paulo: Mundo Cristão, 2015.

GONZÁLEZ, Justo L. **Dicionário ilustrado dos intérpretes da fé.** Tradução de Reginaldo Gomes de Araújo. São Paulo: Hagnos, 2008.

GOPPELT, Leonhard. **Teologia do Novo Testamento.** Tradução de Martin Dreher e Ilson Kayser. 3.ed. São Paulo: Teológica, 2002.

GUTHRIE, Donald. **Teologia do Novo Testamento.** Tradução de Vagner Barbosa. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.

HÄGLUND, Bengt. **História da Teologia.** Tradução de Mário Rehfeldt e

Gládis Knak Rehfeldt. 8.ed. Porto Alegre: Concórdia, 2013.

JEREMIAS, Joachim. **Teologia do Novo Testamento**. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Hagnos, 2008.

KEMPIS, Tomás de. **Imitação de Cristo**. Tradução de Padre Leonel França. Jandira: Principis, 2019.

LADD, George Eldon. **Teologia do Novo Testamento**. Tradução de Degmar Ribas Júnior. São Paulo: Hagnos, 2003.

LUTERO, Martinho; CALVINO, João. **Sobre a autoridade secular/sobre o governo civil**. Tradução de Hélio de Marco Leite de Barros e Carlos Eduardo Silveira de Matos. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Clássicos Cambridge de Filosofia Política).

LUTERO, Martinho. **O Pai Nosso**. Traduzido do espanhol por Zaqueu A. de Carvalho. São Paulo: Livraria Fittipaldi, 1965.

MARSHALL, I. Howard. **Teologia do Novo Testamento: diversos testemunhos, um só evangelho**. Tradução de Marisa K. A. Siqueira, Sueli da Silva Saraiva. São Paulo: Vida Nova, 2007.

MARTINS, Vitor de Oliveira. **O Pai Nosso e a Ave Maria interpretados por Santo Tomás de Aquino**. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2008.

McGRATH, Alister E. **Teologia sistemática, histórica e filosófica: uma introdução a teologia crista**. Tradução de Marisa K. A. de Siqueira Lopes. São Paulo: Shedd, 2005.

OLSON, Roger E. **História da teologia cristã: 2000 anos de tradição e reformas**. Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Vida, 2001.

OLSON, Roger E. **História das controvérsias na teologia cristã: 2000 anos de unidade e diversidade**. Tradução de Werner Fuchs. São Paulo: Vida,

2004.

PASCAL, Blaise. **Pensamentos:** Coleção Pensadores. Tradução da equipe de Tradução da Editora Nova Cultural. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia:** da Antiguidade à Idade Média. São Paulo: Paulus, 1990.

REID, Daniel G. (Edit.). **Dicionário Teológico do Novo Testamento.** Tradução de Márcio L. Redondo e Fabiano Medeiros. São Paulo: Vida Nova, 2012.

YOUNGBLOOD, Ronald F.; BRUCE, F. F.; HARRISON, R. K. (edits). **Dicionário ilustrado da Bíblia.** Tradução de Lucília Marques Pereira da Silva, et al. São Paulo: Vida Nova, 2004.



A Revista Batista Pioneira está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações - 4.0 Internacional